



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Manifestantes a favor de Dilma e representantes da OAB nacional discutem no Salão Verde

impeachment

## OAB entrega pedido em meio a protestos contra e a favor de Dilma

O documento com cerca de 1.500 páginas foi trazido pelo presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, que veio acompanhado de conselheiros federais e presidentes das unidades estaduais. Na Câmara, houve protestos contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. O presidente Eduardo Cunha disse que o pedido “entrará na fila”. | 5

# Aprovada MP com recursos a ministérios

Parte dos R\$ 37,69 bilhões liberados vai para pagamento das chamadas “pedaladas fiscais”; texto segue para o Senado

A Medida Provisória 702/15 abre crédito extraordinário para os ministérios do Trabalho e Emprego (R\$ 10,99 bilhões); das Cidades (R\$ 8,99 bilhões); e da Saúde (R\$ 2,5 bilhões) e para pagar encargos financeiros

da União no valor de R\$ R\$ 15,1 bilhões. Parte vai para o pagamento de valores devidos ao BNDES e ao FGTS, relativos aos passivos com as chamadas “pedaladas fiscais”. O texto vai agora para o Senado. | 3

Luis Macedo



## Plenário deve analisar hoje projeto sobre composição das comissões

Projeto de resolução a ser votado leva em conta, para preenchimento das vagas nas comissões permanentes, o tamanho atual das bancadas dos partidos. Pelo Regimento Interno, valem as bancadas do início da legislatura, que foram alteradas com as últimas trocas de partidos. | 4

## Debatedores divergem sobre inclusão de cidades no semiárido | 7

O Plenário transferiu para hoje a votação de outra medida provisória, também de crédito extraordinário, que tranca a pauta



# Câmara comemora dia pelo fim da discriminação

O Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial foi tema de sessão que destacou violência contra negros

O Plenário comemorou ontem, em sessão solene, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A data foi criada em 21 de março de 1960, em memória do “massacre de Shaperville”, quando tropas militares mataram 69 pessoas durante protestos em Johannesburgo, na África do Sul, contra a “lei do passe”, que limitava os locais por onde negros podiam circular na cidade.

O deputado Vicentinho (PT-SP), que propôs a solenidade, disse que a data serve para reforçar a necessidade de manter a luta pela igualdade racial no País. Ele ressaltou situações cotidianas que ainda contribuem para perpetuar o racismo.

“Nossos heróis não são heróis brasileiros. Eu me lembro de uma novela que tinha um deputado corrupto, e qual era a cor do deputado? Ele era negro”.

Vicentinho defendeu o Hino à Negritude, que se



Lideranças do movimento negro e a ministra Nilma Gomes participaram da sessão

transformou em hino oficial do País a partir de projeto de lei proposto por ele, e criticou a fala de Fernando Holiday, um dos coordenadores do Movimento Brasil Livre, que acusou o hino de ser de segregação.

“Lamentavelmente, na

semana passada cometeram um crime daquele palanque. Para nossa tristeza um jovem negro pegou um papel com o hino, amassou-o e disse que era um lixo. Eu pensei: você está traindo a nossa raça. Não é possível.”

O deputado propôs um

ministro de silêncio em nome de todos os pais e mães que perderam seus filhos por conta da violência e, em seguida, um minuto de palmas pelas conquistas obtidas com a luta pelas causas raciais. Vicentinho também destacou projetos ligados à

causa da igualdade de raças, como a Proposta de Emenda à Constituição 115/15, de sua autoria, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

Presente à solenidade, a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, destacou que os marcos históricos são importantes para gerar reflexão sobre avanços e retrocessos na história. Ela destacou ainda a incorporação recente ao ministério do tema da juventude e lamentou os números da violência praticada contra os jovens no Brasil, ressaltando a diferença das taxas de homicídio de brancos e de negros.

“Nós precisamos reduzir a taxa de homicídios no Brasil e principalmente em relação aos jovens negros, que são aqueles que mais sofrem”, disse a ministra. “Temos uma taxa de vitimização negra extremamente grave”, completou.



## » CPI do Carf

A comissão ouve o delegado da Polícia Federal Mar-

lon Oliveira Cajado dos Santos. Plenário 7, 11h

## » Homicídio de Jovens

A Comissão Especial Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15) faz audiência sobre o tema com representantes das polícias Federal, Civil e Militar. Plenário 8, 14h

## » Crimes cibernéticos

A CPI promove o seminário

Segurança Cibernética para as Olimpíadas Rio 2016, com representantes de órgãos de segurança. Plenário 14, 14h30

## » Código de Trânsito

A Comissão Especial Alteração do Código de Trânsito (PL 8085/14) realiza audiência sobre ciclovias e ciclofaixas, com especialistas em mobilidade urbana. Plenário 12, 15h30

## » Combate à corrupção

Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção entrega, em ato solene, mais de 2 milhões de assinaturas colhidas em todo o Brasil pelo Ministério Público Federal em apoio às dez medidas de combate à corrupção. Auditório Nereu Ramos, 16h

## » Conselho de Ética

Integrantes do Conselho de Ética recebem o embaixa-

dor da Suécia no Brasil e membros da Comissão de Constituição do Parlamento da Suécia. Plenário 11, 16h



Leia a agenda completa no celular

## Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente  
**Waldir Maranhão (PP-MA)**

2º Vice-Presidente  
**Giacobo (PR-PR)**

1º Secretário  
**Beto Mansur (PRB-SP)**

2º Secretário  
**Felipe Bornier (PSD-RJ)**

3ª Secretária  
**Mara Gabrielli (PSDB-SP)**

4º Secretário  
**Alex Canziani (PTB-PR)**

Suplentes:  
**Mandetta (DEM-MS)**  
**Gilberto Nascimento (PSC-SP)**  
**Luiza Erundina (PSB-SP)**  
**Ricardo Izar (PSD-SP)**

## SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **Cleber Verde (PRB-MA)**

Diretor-Executivo: **Claudio Lessa**

Diretor de Mídias: **Caíque Novis**

Diretor de Agência e Jornal:  
**João Pitella Junior**

**jornal@camara.leg.br** | Redação: (61) 3216-1660 / 1611 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

**(61) 3216-1500**

**secom@camara.leg.br**

**Jornal da Câmara**

**Editora-chefe**

**Rosalva Nunes**

**Editores**

**Sandra Crespo**

**Ralph Machado**

**Diagramadores**

**Gilberto Miranda**

**Renato Palet**

**Roselene Guedes**

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
**José Carlos Araújo (PSD-BA)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos  
**Lúcio Vale (PR-PA)**

Corregedor Parlamentar  
**Carlos Manato (SD-ES)**

Procurador Parlamentar  
**Claudio Cajado (DEM-BA)**

Ouvidor Parlamentar  
**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Coordenadora dos Direitos da Mulher  
**Dâmina Pereira (PMN-MG)**

Procuradora da Mulher  
**Elcione Barbalho (PMDB-PA)**

Secretário de Relações Internacionais  
**Átila Lins (PSD-AM)**

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

**Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)**



Papel procedente de florestas plantadas



Leia esta edição no celular



# Plenário aprova MP com crédito de R\$ 37,7 bi

Parte dos recursos extraordinários será usada para cobrir “pedaladas fiscais” discutidas em pedidos de impeachment

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 277 votos a 15, a Medida Provisória 702/15, que abre crédito extraordinário de R\$ 37,69 bilhões para os ministérios do Trabalho e Emprego (R\$ 10,99 bilhões); das Cidades (R\$ 8,99 bilhões); e da Saúde (R\$ 2,5 bilhões) e para pagar encargos financeiros da União (R\$ 15,1 bilhões).

O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Hélio José (PMDB-DF), que apresentou um projeto de lei de conversão para corrigir um erro técnico. A MP será analisada agora pelo Senado.

Parte dos recursos vai para o pagamento de valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que foram fruto de dois acórdãos (825/15 e 992/15) do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esses passivos são as chamadas “pedaladas fiscais”, que centralizaram o debate em torno das contas presidenciais e também são mencionadas no pedido de abertura de processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, em análise por comissão especial da Câmara.

As “pedaladas fiscais” referem-se a atrasos no ressarcimento do Tesouro Nacional para dois bancos públicos (Caixa Econômica



Luis Macedo

O Plenário transferiu votação de outra medida provisória para hoje, em sessões extraordinárias marcadas a partir do início da tarde

Federal e BNDES-Finame) e o FGTS, que pagaram, em 2014 e 2015, despesas relativas a programas sociais e econômicos do governo.

**Destinação** - De acordo com o governo, o dinheiro destinado pela MP 702 ao Ministério do Trabalho e Emprego permitirá pagar os passivos e valores do complemento da atualização monetária do FGTS. Já o Ministério das Cidades deverá pagar passivos e implementar pro-

jetos de interesse social em áreas urbanas.

No Ministério da Saúde, o crédito permitirá atender ao crescimento da demanda por procedimentos em média e alta complexidades, ambulatorial e hospitalar, no Sistema Único de Saúde (SUS).

O montante reforçará serviços de atenção à saúde nos locais com alta incidência das epidemias de dengue, chikungunya e zika vírus. Serão beneficiados os estados de

Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Já os encargos financeiros da União serão usados para custear a equalização da taxa de juros praticada pelo BNDES em operações de financiamento destinadas à produção, aquisição e exportação de bens de capital e à inovação tecnológica.

**Encerramento** - Por acor-

do entre as lideranças partidárias, o Plenário transferiu para hoje a análise da Medida Provisória 710/15, que abre crédito extraordinário total de R\$ 1,472 bilhão para os ministérios da Integração Nacional, da Justiça, da Defesa, da Cultura e do Turismo.

O Plenário terá sessões extraordinárias a partir do início da tarde. À noite, está marcada sessão do Congresso Nacional para a análise de vetos (leia na página 4).

## Dívida dos estados deve cumprir prazo de cinco sessões

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que estabelece novas regras para o refinanciamento das dívidas dos estados com a União, deverá esperar o fim do prazo de cinco sessões para emendas, pelo fato de estar com urgência constitucional do Executivo.

“Esse fato implica cinco sessões de emendamento. O governo não retirando [a urgência], temos de aguardar as cinco sessões. Hoje é a segunda. A primeira foi na quarta (23)”, afirmou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Havia compromisso para votação hoje, feito entre governadores e líderes partidá-

**Regulamentação do teto do funcionalismo pode ser votada amanhã, afirma líder do governo**

rios na terça-feira (22). Mas, segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães, não seria possível votar hoje o texto “até porque o relator, deputado Esperidião Amin (PP-SC), está fazendo os ajustes”.

**Novos itens** - Guimarães disse, por outro lado, que podem ser discutidos hoje um projeto de reajuste salarial dos servidores do Judiciário e duas propostas relacionadas à Ordem dos Advogados

do Brasil – a primeira para extinguir o exame da OAB, e a segunda com objetivo de propor eleições diretas para a presidência da entidade.

O líder do DEM, deputado Pauderney Avelino (AM), afirmou que a inclusão desses projetos sobre a OAB na pauta é uma retaliação dos governistas a uma nova denúncia contra Dilma Rousseff (leia na página 5).

Já o presidente da Câmara, que é autor de proposta para extinguir o exame da OAB, disse que não gostaria de incluir o assunto na pauta. “Não podemos misturar um tema tão relevante quanto esse com possível retaliação

a posicionamento político. Se for com essa conotação, prefiro não votar”, afirmou Cunha.

**Teto do funcionalismo** - O líder do governo disse ainda que o Projeto de Lei 3123/15, do Executivo, que regulamenta a aplicação do teto remuneratório para todo o funcionalismo público, deve ser votado amanhã.

Na semana passada, o Plenário, por iniciativa dos líderes, retirou o projeto da pauta. Diversas categorias procuram mudar o texto para que alguns tipos de benefícios sejam considerados como de caráter indenizatório, portanto passíveis de re-

cebimento por fora do teto.

Segundo o relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), o projeto regulamenta as despesas de natureza claramente indenizatórias, que são inerentes à sua atividade, como diárias e ajuda de custo.

As novas regras serão aplicadas a todos os servidores, civis e militares, de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de todas as esferas de governo (federal, estadual, distrital, municipal). Valerão ainda para as entidades privadas mantidas com transferências voluntárias de recursos públicos (organizações não governamentais da sociedade civil).



# Plenário decide se novos tamanhos de bancadas valem para comissões

Projeto que será votado leva em conta, para as vagas nas comissões, as atuais bancadas

O Plenário da Câmara dos Deputados deve votar hoje um projeto de resolução que leva em conta, para o preenchimento dos cargos nas comissões permanentes da Casa, os atuais tamanhos das bancadas dos partidos — definidos após o período de “janela” de trocas partidárias encerrado no dia 18. A informação foi dada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em entrevista coletiva no Salão Verde.

**Regimento** - Segundo o texto em vigor do Regimento Interno da Câmara, o que vale é o tamanho das bancadas no início da legislatura. Porém, houve uma movimentação dos partidos para passar a considerar a configuração das bancadas após a “janela”. Diante da indefinição sobre qual critério será usado, as comissões ainda não foram reinstaladas para funcionar neste ano.

Cunha disse que, na reunião de líderes de ontem, não houve um consenso, mas parece haver uma “maioria consolidada” a favor da mudança de regra. “Se o projeto



J.Batista

Na reunião de líderes, não houve consenso sobre mudança de regra, mas ela teria maioria consolidada

de resolução passar, ele será adotado. Caso contrário, valerá a bancada da posse”, explicou o presidente.

Ele disse que será definida uma regra específica em relação ao Partido da Mulher Brasileira (PMB), que chegou a ter cerca de 20 deputados na Casa, mas acabou ficando com apenas um após a “janela” de trocas. “Os direitos

[relativos às vagas nas comissões] podem passar para os partidos para onde os parlamentares migraram”, disse Cunha.

**Novas comissões** - O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), informou que uma decisão sobre a composição das comissões permanentes só sairá na próxima semana.

Ele disse ainda que deverão ser criadas duas comissões: a da Mulher e a do Idoso. Com isso, o total de comissões permanentes da Câmara chegará a 25.

Segundo Guimarães, o presidente Eduardo Cunha receberá os líderes partidários hoje para saber quais comissões cada bloco deseja presidir.

## CONGRESSO

### Vetos devem ser votados nesta terça

O Congresso Nacional tem reunião marcada para hoje, às 19h, a fim de examinar vetos presidenciais. A sessão será no Plenário da Câmara.

Estão na pauta dispositivos vetados na chamada Lei da Repatriação (Lei 13.254/16), que permite a regularização de recursos enviados ao exterior (PL 2960/15).

Também constam da pauta, entre outros assuntos, vetos parciais em matérias orçamentárias (um deles, anulando o reajuste dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família), no marco legal da ciência e tecnologia e na anistia aos policiais militares em greve.

A sessão vai deliberar sobre os vetos presidenciais que já completaram 30 dias. Desde julho do ano passado, após nova regra aprovada pelo Congresso Nacional, os parlamentares têm até 30 dias para analisar os vetos presidenciais. Do contrário, aqueles que não forem apreciados passam a trancar a pauta de trabalhos do Congresso.

## ECONOMIA

# Deputados avaliam aumento de IR sobre venda de imóveis

Deputados divergem em relação à lei que aumenta a cobrança de Imposto de Renda sobre a venda de imóveis, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. O aumento é sobre o ganho de capital, que é a diferença entre o preço de venda de um ativo (como ações e imóveis) e o seu custo de aquisição.

A lei teve origem na Medida Provisória 692, aprovada em fevereiro pelo Congresso e faz parte do conjunto de ações do governo para aumentar a arrecadação federal diante da crise econômica.

**Maioria sem aumento** - Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), a proposta não onera a maior parte dos contribuintes porque a tabela é progressiva. “Essa



Governo do RJ

Alíquota mais alta incide sobre lucro de venda de imóveis caros

tabela nova manteve a taxa de 15% para lucros de até R\$ 5 milhões. Ou seja, a imensa maioria que vende imóvel não vai ter nenhum aumento. É uma tabela progressiva que vai atingir o estrato mais rico da população, aqueles que têm as maiores

propriedades. Para a imensa maioria não haverá nenhum tipo de aumento. É uma coisa correta, quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos, e quem não tem não paga.”

**Prejuízo à economia** - Já a oposição criticou o aumento

do imposto. Para o líder do DEM, deputado Pauderney Avelino (AM), a medida desestimula a economia.

“O setor produtivo brasileiro é que ainda está salvando a pátria. Ao aumentar a tributação e o governo meter a mão no bolso do contribuinte, do investidor, está desestimulando uma atividade que ainda vem salvando o Brasil. Portanto, não concordamos. Nós votamos contra essa matéria, e seremos contra qualquer proposta que venha aumentar a tributação no já combalido contribuinte brasileiro.”

Ao analisar o texto, a presidente Dilma Rousseff decidiu vetar o trecho que reajusta os valores de referência para a tributação dos ganhos de capital pela mes-

ma alíquota aplicada na tabela do Imposto de Renda. A presidente justificou que “o dispositivo vincula indevidamente situações tributárias diversas, sem levar em consideração a capacidade econômica dos contribuintes, o que poderia gerar distorções entre políticas públicas distintas”.

**Alíquotas** - A proposta estabelece alíquota de 15% sobre lucros de até R\$ 5 milhões. A alíquota sobe para 17,5% para ganhos entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, e para 20% para ganhos entre R\$ 10 milhões e R\$ 30 milhões. Em relação a lucros acima de R\$ 30 milhões, a alíquota cobrada será de 22,5%. A expectativa de arrecadação com a lei é de cerca de R\$ 900 milhões.



# OAB nacional pede impeachment de Dilma

Documento de 1.500 páginas se junta a outros 11 que aguardam decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou ontem na Câmara uma denúncia contra a presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade. O documento, que tem cerca de 1.500 páginas, foi trazido pelo presidente nacional da entidade, Cláudio Lamachia, que veio acompanhado de conselheiros federais e presidentes das unidades estaduais da OAB.

Lamachia afirmou que a petição teve o apoio de 26 das 27 seccionais da OAB. Segundo ele, a denúncia formalizada ontem se baseou em “elementos técnicos” e não deve ser vista como posição político-partidária.

“A OAB não é do governo, a OAB não é da oposição, a OAB é do cidadão”, afirmou Lamachia. “Esta é uma decisão absolutamente democrática da advocacia brasileira.”

A entrega da denúncia foi marcada por um tumulto envolvendo representantes da OAB, que gritaram frases de ordem como “A nossa bandeira jamais será vermelha”, e pessoas contrárias ao impeachment de Dilma, que rebateram com frases como “A verdade é dura, a OAB apoiou a ditadura”.

**Razões** - De acordo com Lamachia, a denúncia protocolada levanta, como motivos para justificar o pedido de impeachment, as chamadas “pedaladas fiscais”, que teriam ocorrido em 2014 e 2015; renúncias fiscais em favor da Fifa para a Copa de 2014, consideradas ilegais



Integrantes da OAB, presidida por Cláudio Lamachia (D), protocolam na Câmara denúncia contra Dilma



Grupo contrário ao impeachment de Dilma protesta na Câmara

pela entidade; e a nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia da Casa Civil da Presidência, que a OAB julgou como uma manobra para

evitar a prisão do ex-presidente na Operação Lava Jato.

“Após dez horas de ampla discussão no seio do conselho federal da Ordem, 81

## Se aceito, o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil levará à criação de outra comissão especial

conselheiros chegaram a esta conclusão”, disse Lamachia. Ele negou que a decisão de entrar com a denúncia tenha dividido a categoria. “A OAB não está dividida. Isso tem que ficar muito claro para sociedade. Teve uma decisão que passou por todos os estados. Teve apenas um voto negativo”, afirmou.

Apesar disso, também ontem advogados e juristas contrários ao impeachment de Dilma entregaram a Lamachia documento solicitando a suspensão do protocolo e a realização de uma consulta

direta com os advogados.

**Tramitação** - A petição apresentada pela OAB não deverá ser analisada pela comissão especial criada há duas semanas. Essa comissão, que analisa denúncia contra Dilma por supostos crimes fiscais ocorridos em 2015, é presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF) e relatada pelo deputado Jovair Arantes (PTB-GO).

A Lei do Impeachment e as normas regimentais da Câmara determinam que, para cada denúncia seja criada uma comissão específica. “Isso não vai influenciar a comissão do impeachment. Já temos uma denúncia [para analisar]”, afirmou Rosso.

Ontem, a cúpula da comissão especial reuniu-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e o ministro relator dos questionamentos sobre o impeachment, Luís Roberto Barroso.

Segundo Rosso, foi uma “visita institucional de cortesia” a fim de mostrar o fiel cumprimento dos ritos determinados pelo STF. Lewandowski elogiou a iniciativa, e Barroso ressaltou que o Supremo “não tem lado” no debate sobre o eventual afastamento de Dilma.

No momento, tramitam na Câmara 12 denúncias contra Dilma, incluindo a da OAB. Todas aguardam despacho do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a quem cabe a decisão de aceitar ou não que os pedidos sejam analisados em comissão especial.

## Entidade “chegou atrasada”, diz presidente da Câmara

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que a Ordem dos Advogados do Brasil chegou atrasada ao protocolar ontem um pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ele fez o comentário ao ser questionado, durante entrevista, sobre as semelhanças entre o atual processo e o afastamento do ex-presidente Fernando Collor em 1992, também apoiado pela OAB.

“São momentos, circuns-

tâncias e pessoas diferentes. A OAB chegou um pouquinho atrasada; não veio como naquele momento, com protagonismo – veio com retardo”, disse.

Segundo Cunha, o pedido da OAB não deve ser analisado agora. “É mais um; vou despachar no momento apropriado, não agora, porque estamos no meio do trabalho da comissão especial e não haveria lógica em ter duas comissões simultâneas.”

Para ele, independentemente do dia em que o processo de abertura do impeachment venha a ser analisado em Plenário, haverá manifestação na frente da Câmara.

“Vamos seguir o rito do Regimento; o dia que cair, caiu. Qualquer que seja o dia, o País vai parar para assistir e vai haver manifestação aqui na porta. Não há dúvida disso”, afirmou, ao ser questionado se há possibilidade

de a votação acontecer num domingo.

**PMDB** - Sobre a provável saída do PMDB da base aliada ao governo, que deve ser definida hoje, Cunha afirmou que os sete ministros do partido deveriam deixar seus cargos. “Tem que sair. Ficar ruim para os ministros, porque ficará parecendo que são mais apegados aos cargos do que ao interesse partidário”, disse. O ministro do Turismo, Henri-

que Eduardo Alves, entregou ontem a carta de demissão.

Cunha lembrou que vem defendendo desde julho a saída do PMDB do governo. Segundo ele, isso não tem relação com o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O presidente da Câmara avalia que o PMDB não irá necessariamente para a oposição, mas ficará livre para votar propostas no Congresso com base no que for de interesse do País.



# Decisão de Cunha impede novas oitivas em CPI

Trabalhos sobre os fundos de pensão vão até 18 de abril, mas apenas para elaboração e votação do relatório final

Por decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o prazo de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, que vai até 18 de abril, não poderá ser usado para novas oitivas e investigações, mas apenas para elaboração e votação do relatório final.

“Como a decisão que prorrogou a CPI pela primeira vez continha um prazo para investigação e um prazo para o relatório, a decisão sobre a nova prorrogação, que foi ad referendum do Plenário, não poderia ser diferente”, explicou Cunha.

Com isso, tudo o que foi feito a partir de 18 de março deveria ser anulado, mas apenas uma audiência foi realizada com o presidente do fundo dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), Gueitiro Matsuo Genso.

Outra audiência está prevista para ser realizada com o presidente do fundo dos funcionários da Caixa Eco-

**O deputado Efraim Filho afirmou que pretende negociar com a Mesa Diretora para que a última audiência da CPI, sobre a Funcef, seja realizada**

nômica Federal (Funcef), Carlos Alberto Caser.

“Essas audiências são só retornos dos presidentes que já prestaram depoimentos e estão apenas nos trazendo informações; não se trata de investigação. Caso a decisão seja essa, não deve prejudicar o relatório final da CPI”, disse o presidente da CPI, Efraim Filho (DEM-PB).

O deputado pretende negociar com a Mesa Diretora da Câmara para que essa última audiência seja feita. Ele confirmou que o relatório final da CPI deve ser entregue por volta do dia 11 de abril.

**Anulação** - O questionamento sobre a prorrogação da CPI foi feito pela deputa-



Lucio Bernardo Jr.

O presidente da CPI dos Fundos de Pensão, Efraim Filho

da Erika Kokay (PT-DF), que pediu na sessão do Plenário na última quarta-feira (23) a anulação dos trabalhos feitos em desacordo com a decisão de Cunha.

O requerimento de prorrogação foi elaborado sem indicar se o prazo seria para novas audiências, requerimentos ou se apenas para votação do relatório. A decisão inicial da presidência da

Câmara foi apenas no sentido de aceitar a prorrogação, mas esse despacho acabou revisto para que o prazo fosse dedicado ao relatório.

“Por isso a nossa interpretação foi de que novas oitivas poderiam ser realizadas, e vamos apelar à boa interpretação do requerimento, que nos permitiu continuar os trabalhos”, afirmou Efraim Filho.

## Começa hoje investigação sobre a Fifa

A Câmara instala hoje, às 14h, no plenário 6, a CPI sobre denúncias contra dirigentes da Fifa, entre eles José Maria Marin, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol detido em 2015 na Suíça. Hoje ele cumpre prisão domiciliar em Nova York.

Investigação feita pelos Estados Unidos aponta a existência de um esquema mundial de propinas e subornos na comercialização de jogos e direitos de marketing.

Após a instalação da CPI, proposta por João Derly (Rede-RS), serão eleitos o presidente e os vices. A CPI terá 28 titulares e igual número de suplentes. No Senado, há uma CPI, criada em 2015, para investigar a CBF e o Comitê Organizador da Copa de 2014.

## DISCURSOS

### Osmar Terra comemora a entrada em vigor, no dia 8, do marco legal da primeira infância

O deputado Osmar Terra (PMDB-RS) destacou em Plenário a entrada em vigor, no último dia 8 de março, da Lei 13.257, que estabelece o marco legal da primeira infância. “Este foi um trabalho de fôlego da Frente Parlamentar da Primeira Infância, criada há quatro anos”, disse ele, um dos autores do PL 6998/13, que promoveu alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Uma criança bem estimulada, bem cuidada nos três primeiros anos de vida, vai ser uma criança com melhor desempenho na escola, vai aprender mais rápido, vai ter uma profissão mais bem remunerada no futuro”, justificou Terra.

A nova legislação prevê políticas que beneficiarão mais de 20 milhões de meninos e meninas de 0 a 6 anos. Uma das principais mudanças é o aumento da licença paternidade de 5 para 20 dias. Outra iniciativa foi a inclusão dos direitos da gestante no ECA em relação a pré-natal, parto normal, atendimento pós-parto e incentivo à amamentação.

“O Brasil é o primeiro país da América Latina que aprova um con-



Luis Macedo

Osmar Terra: apoio à primeira infância

junto de normas para isso, inclusive no Código Penal”, disse Terra. “A mãe presidiária, quando não tem com quem deixar a criança, precisa levá-la para o presídio. Agora, desde que não represente risco para a sociedade, pode ficar em prisão domiciliar enquanto a criança necessitar de cuidados”, continuou.

**Drogas** - O deputado também defendeu mudanças na legislação sobre drogas. “Temos uma epidemia grave no Brasil, que não pode ser combatida liberando as drogas. Ela precisa ser combatida aumentando o rigor e diminuindo a oferta nas ruas.”

### Diego Garcia comenta atuação parlamentar e faz balanço do primeiro mandato na Câmara

O deputado Diego Garcia (PHS-PR) fez em Plenário um balanço de sua atuação na Câmara, onde exerce o seu primeiro mandato. “Há quase um ano e dois meses exerceo o mandato com um compromisso muito próximo do povo que me elegeu. Fico feliz porque hoje já estou na lista dos 50 parlamentares mais atuantes do Congresso”, disse.

Garcia lembrou que foi o relator do PL 6.583/13, do Estatuto da Família, em comissão especial. “Fruto de um grande debate, por 17 votos favoráveis ao meu parecer e apenas 5 votos contrários, esse projeto de lei foi aprovado na comissão e agora aguarda para ser apreciado pelo Plenário da Câmara”, afirmou.

Ele destacou ainda que é relator, na Comissão de Educação, do PL 867/15, de autoria do deputado Izalci (PSDB-DF), que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido.

“Esse projeto visa combater a contaminação política e ideológica que está acontecendo dentro das salas de aula de todo o País, seja na implantação da ideologia de gênero nos



Luis Macedo

Diego Garcia: balanço do mandato

planos de educação ou na adoção de livros didáticos com forte tendência para certa posição partidária”, disse.

**Frentes** - Garcia comentou a atuação em frentes parlamentares – a Católica, a das Comunidades Terapêuticas e a das Doenças Raras, que será relançada amanhã. O deputado destacou ainda a aprovação do uso e da fabricação da fosfoetanolamina sintética, a “pílula do câncer”, que aguarda sanção presidencial.

O deputado também comemorou a liberação de R\$ 18 milhões em emendas parlamentares, que foram destinados ao interior do Paraná.



## CARF

## Comissão ouve delegado da Polícia Federal

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Carf terá audiência hoje para ouvir o delegado da Polícia Federal Marlon Oliveira Cajado dos Santos, a pedido de Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP). A audiência será no plenário 7, às 11h.

Santos foi responsável pela Operação Zelotes, que investiga denúncias de que empresas, escritórios de contabilidade, advogados, servidores e integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manipulavam julgamentos para reduzir a cobrança de impostos. Segundo a Polícia Federal, a sonegação fiscal está estimada em R\$ 19 bilhões, mais de três vezes o que foi apurado até agora na Operação Lava Jato.

A CPI destina-se a investigar denúncias de fraudes de bancos e grandes empresas contra a Receita Federal, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos no Carf.

## TERRAS

## Ministro da Defesa fala a deputados

A CPI que investiga a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos realiza duas audiências nesta semana.

Amanhã, o convidado é o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, a pedido do presidente da comissão, Alceu Moreira (PMDB-RS). Na quinta-feira (31), será a vez do ex-presidente da Funai Mércio Pereira Gomes, a pedido de Arnaldo Jordy (PPS-PA).

De hoje a sexta-feira (1º), a CPI realiza diligências na Terra Indígena Morro dos Cavalos, no município de Palhoça (SC). A visita irá contar com a equipe técnica e o sub-relator para assuntos relacionados à atuação da Funai, Valdir Colatto (PMDB-SC).



O deputado Marx Beltrão, o assessor Irani Braga e o superintendente da Sudene, João Paulo Lima, durante a reunião da comissão mista

# Debatedores analisam suspensão da cobrança de dívida rural após a seca

Uma possibilidade é modificar proposta para incluir as cidades localizadas fora do semiárido

Parlamentares e representantes do governo discutiram a possibilidade de estender a renegociação de dívidas do crédito rural para cidades atingidas pela seca que hoje não fazem parte do semiárido.

Essa renegociação está prevista na Medida Provisória 707/15, que suspende até o final do ano a cobrança judicial das dívidas rurais de produtores do semiárido que têm sido prejudicados pela falta de chuvas.

A medida vale para dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 100 mil, sobre empreendimentos na área Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

**Classificação** - O relator, deputado Marx Beltrão (PMDB-AL), afirmou que é importante incorporar mais cidades no conceito de semiárido. Segundo ele, esse é o caso de Alagoas, onde a estiagem comprometeu cerca de metade da produção de coco.

“A seca é cada vez maior, prejudicando mais de 40% das lavouras e com baixa de mais de 7 milhões de cabeças de gado”, disse Beltrão,

**“Haverá muita gente prejudicada se não encontrarmos solução para a região considerada semiárido.”**

Deputado Marx Beltrão

durante reunião da comissão na quarta-feira (23).

“Se não encontrarmos solução para que toda a região Nordeste seja considerada semiárido, além de parte do Espírito Santo e de Minas Gerais, haverá muita gente prejudicada”, afirmou.

Irani Braga Ramos, assessor especial do Ministério da

Integração Nacional, alertou, porém, para a diferença entre aumentar a quantidade de beneficiados pela renegociação e mudar a classificação do semiárido.

“Uma coisa é criar financiamento que se adapte à região e que possa abranger o Nordeste como um todo, e outra coisa é você mudar uma classificação climática para que ela se ajuste à região”, disse.

Ele ponderou que as soluções para situações de secas temporárias poderiam ser buscadas em programas de incentivos, e não na medida

proposta pelo governo.

Hoje, a área de atuação da Sudene abrange todos os nove estados do Nordeste e, de forma parcial, Minas Gerais e Espírito Santo.

**Recursos** - O superintendente da Sudene, João Paulo Lima, defendeu a incorporação de novas cidades, mas manifestou preocupação com o acesso a recursos.

“Primeiro devemos enfatizar aquelas cidades que já estão no semiárido, mas acredito que temos de aprofundar um pouco essa reflexão”, ponderou.

Ele informou que atualmente a Sudene conta com orçamento de R\$ 2 bilhões, que devem ser alocados em projetos acima de R\$ 50 milhões.

Hoje, cabe ao conselho da Sudene definir os municípios que fazem parte do semiárido. Para tanto usam parâmetros sobre a aridez do solo, incidência de chuvas e risco de seca. Se a cidade apresentar o três parâmetros, ficam caracterizadas influências do domínio climático.

O relator da MP vai sugerir que esses critérios sejam apurados de forma isolada, como forma de abranger mais municípios.



Seca expôs em dezembro cidade inundada por represa nos anos 70

Marcelo Casal Jr./Agência Brasil



## NOS ESTADOS



Fotos: Divulgação

## Nilto Tatto e quilombolas reúnem-se com secretária do Meio Ambiente de SP

Junto com lideranças quilombolas do Vale do Ribeira, o deputado Nilto Tatto (PT-SP) reuniu-se ontem com a secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Patrícia Lemos, quando foram debatidas demandas da comunidade. Também participaram o defensor público Andrew Toshio e especialistas que ajudarão no monitoramento das propostas.

SP

## Em evento, Mário Heringer destaca importância do café para economia de MG

O deputado Mário Heringer (PDT-MG) esteve na abertura do 20º Simpósio de Cafeicultura das Matas de Minas, em Manhuaçu. Heringer salientou a importância da produção cafeeira para a economia do estado e disse que a região das Matas produz 30,7%. “Esse número é bastante significativo, já que Minas é hoje o maior produtor de café do Brasil”, disse o deputado.

MG



## No oeste da Bahia, José Rocha participa de eventos em diversos municípios

O deputado José Rocha (PR-BA) participou de eventos em visita a municípios do oeste da Bahia, como Caetité, Coribe e Correntina. Neste último, ele esteve na comemoração dos 50 anos de vida pública do prefeito Ezequiel Barbosa. O deputado destacou a trajetória política de Barbosa, que veio de família humilde, estudou por conta própria, foi vereador e cumpre o terceiro mandato como prefeito.

BA



## Acordo proposto pelo governo não resolve problema da dívida do RS, diz Mauro Pereira

Com a bancada gaúcha, o deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, para debater o acordo de renegociação da dívida dos estados. Segundo Pereira, Sartori, após explicar os termos, disse que o acordo não resolve os problemas do RS e que vai insistir no diálogo para que a dívida seja analisada em suas particularidades.

RS



## Lobbe Neto prestigia formatura de matrícula da turma de 2016 do Tiro de Guerra

Cerca de 100 jovens participaram na última sexta-feira (18) da formatura de matrícula dos novos atiradores de 2016, entrando para as fileiras do Exército. A solenidade aconteceu na sede do Tiro de Guerra de São Carlos e contou com a presença do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), que destacou a importância do curso. “Que eles possam honrar a farda verde camuflada do Exército e a nossa nação”, disse, ressaltando que o Tiro de Guerra é um órgão para formação de militares da reserva.

SP



## Jorge Silva reforça produção familiar com a entrega de maquinários em São Mateus

Evento marcou a entrega, em São Mateus, de 36 equipamentos agrícolas para atender agricultores familiares do município. Ao lado de lideranças da região, o deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES) comemorou a entrega com a comunidade. “Esses equipamentos, adquiridos com emenda nossa, chegam em momento propício e serão de grande utilidade para o fortalecimento da agricultura.”

ES

